

# As 4 áreas de prática em

## Laboral

A crise é o denominador comum nos factores apontados para o crescimento nas áreas de prática. As medidas de austeridade estão a promover o negócio das sociedades que têm, elas próprias, de ajustar-se para dar resposta às novas necessidades.

É uma das práticas que mais horas de trabalho consome hoje aos advogados. O Memorando de Entendimento assinado com a Troika introduz medidas laborais que obrigam as empresas a reestruturar-se e, como tal, a recorrer ao apoio legal. “Estamos num quadro em que as alterações propostas vão ao encontro daquilo que já devia ter acontecido há anos, mas para as quais sempre faltou coragem política”, aponta Fernando Antas da Cunha. “Ainda que impostas por instituições estrangeiras, e apesar do quadro macroeconómico com que o País se vê confrontado, todas as medidas são positivas no que concerne à produtividade e competitividade das empresas quer no mercado interno, quer no externo, com vantagens comparativas no que concerne às exportações”, acrescenta.



**Fernando Antas da Cunha**  
partner da Antas da Cunha,  
Ferreira & Associados

Os empresários vão fazer reestruturações nas empresas para adaptá-las à nova realidade. O Direito Laboral é uma área em que o crescimento é um dado adquirido.

## Contencioso

Considerada por muitos advogados como “uma nova realidade”, a área de contencioso é uma das que mais está a crescer desde que a crise chegou aos mercados financeiros. A falta de liquidez obriga a cobranças mais apertadas junto de particulares e entidades devedoras, a bem da saúde financeira das organizações. Algumas sociedades, como refere Nelson Raposo Bernardo, da Raposo Bernardo & Associados, “incrementaram os departamentos de contencioso”, com o objetivo de dar resposta ao elevado número de solicitações. Apesar disso, e como aponta Daniel Proença de Carvalho, da Uría Menéndez – Proença de Carvalho, “a advocacia de contencioso é afectada pelo mau funcionamento do sistema de justiça, o que ainda leva muitas pessoas e empresas a desistir da defesa dos seus direitos”.



**José Carlos Soares Machado**  
sócio da Sociedade Rebelo de Sousa  
& Associados

O aumento de litígios coloca em ascensão todas as áreas que se dedicam em exclusivo ou em parte à negociação extrajudicial e à resolução judicial ou arbitral.



# ascensão

## Comercial

Empresas a fechar, sociedades à procura de cortar “gorduras” e reestruturações trazem à área comercial mais processos e trabalho para os advogados portugueses. “O apoio na optimização de sinergias e corte de custos está a crescer”, afirma Diogo Leónidas. “O grande número de insolvências poderá ter tido consequências de resultados opostos, como a subida da procura da especialização na área das insolvências, o que beneficia as estruturas tradicionais e locais”, acrescenta Tiago Amorim.

As crescentes necessidades das empresas a estes níveis estão a fazer nascer, dentro das sociedades de advogados, novas áreas. Para aquelas que actuam no mercado internacional, o acompanhamento de clientes na procura de oportunidades de geração de receitas em mercados em desenvolvimento é outra tendência.



**Diogo Leónidas**  
sócio da Garrigues

Desenvolvemos uma prática de reestruturação de empresas em situação de pré-falência, com o apoio do conhecimento e experiência da Garrigues em Espanha.

## Fiscal

O aumento da carga fiscal nacional está a provocar um movimento de procura por soluções junto das sociedades de advogados. “Estamos a ser muito solicitados por clientes estrangeiros para análises de risco ao sistema legal português, na óptica de manutenção ou saída do mercado nacional”, refere Nelson Raposo Bernardo.

“Temos também clientes estrangeiros interessados em estudar dossiers de privatização de algumas empresas públicas”, acrescenta.

A procura de alternativas para a deslocação de sedes sociais para outros países também está a aumentar, como comenta Fernando Antas da Cunha. No entanto, as alternativas, diz o advogado, já não passam tanto por ‘off shores’ como antes acontecia, mas por on shores europeus como, por exemplo, Holanda ou Luxemburgo.



**Nelson Raposo Bernardo**  
sócio da Raposo Bernardo & Associados

A intervenção do advogado aumentou muito o seu âmbito: do foco no tratamento da patologia, passou-se para uma advocacia preventiva focada na consultoria.



# As 4 áreas de prática em

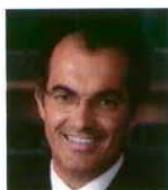
# 4

## Imobiliário

Falta de liquidez e receio de grandes investimentos está a travar o negócio em áreas de prática que tradicionalmente são fonte de muito trabalho e receitas. É o outro lado da crise.

O imobiliário é o sector que mais sofreu com a crise. "Áreas como esta são sempre afectadas em altura de menor crescimento económico ou recessão", aponta Diogo Leónidas, da Garrigues.

As principais razões, reforça António Vicente Marques, sócio da AVM, são "por um lado a quebra no poder de compra dos particulares e, por outro, a crise financeira que debilitou os fundos de investimento que ajudavam o sector". Como consequência, adianta o advogado, "também a construção está a padecer com o congelamento das obras públicas". Com este cenário no sector imobiliário e na construção, "a indústria dos materiais não poderia deixar de ser afectada", conclui.



**Diogo Perestrelo**  
sócio da Cuatrecasas Gonçalves Pereira

“O decréscimo de actividade deve-se, essencialmente, ao actual contexto económico e financeiro e aos constrangimentos ao nível do financiamento”.

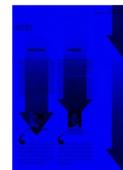
## Fusões & Aquisições (M&A)

A área de M&A está a sofrer em "consequência da paralisação ou /e desistência dos grandes projectos de obras públicas em resultado da falência da economia nacional e do país", diz António de Albuquerque de Athayde. Embora, adianta, "possam surgir algumas movimentações em consequência da 'arrumação' causada por razões de economia em tempos de crise". Por exemplo, "nas Fusões assistimos a uma alteração de paradigma das operações: em vez da 'montagem', passou-se para a 'desmontagem', através da respectiva contratualização e, nalguns casos, mediante o recurso ao contencioso ou à arbitragem", acrescenta Miguel Castro Pereira. A escassez de dinheiro para investir, lembra Vítor Marques da Cruz, sócio da FCB, decorre das "restrições da crise financeira que fez o investimento estrangeiro decrescer substancialmente".



**Tiago Gali Macedo**  
sócio da SQ Gali Macedo & Associados

“Temos tido crescimento em quase todas as áreas, mesmo em M&A e concorrência, muito em virtude da nossa localização em Bruxelas, Luanda e Roma.”



# queda

## Corporate

Numa altura em que o financiamento bancário se torna cada vez mais difícil, “dever-se-ia investir mais no mercado de capitais como forma alternativa de capitalização das empresas”, acredita Diogo Leónidas, da Garrigues. Para tal, adianta, “há que investir na confiança dos investidores através de regras de divulgação de informação e normas de corporate governance acertivas mas bastante mais simplificadas”. Por outro lado, refere ainda o advogado, devemos trabalhar para que os custos de admissão e manutenção de uma empresa num mercado organizado seja o mais baixo possível.



**Luís Filipe Carvalho**  
sócio da ABBC

“A grande ameaça está relacionada com o atraso em se registarem sinais de retoma, o que manterá, e até agravará, a reduzida expectativa dos investidores.

## Público

A área de Público reduziu a sua actividade em função da diminuição de novos projectos de parcerias e concessões. As parcerias público-privadas, que tanto trabalho deram às sociedades de advogados noutros tempos, estão agora praticamente estagnadas.

A redução de investimento público e a falta de liquidez da economia têm afectado largamente o mundo dos negócios em Portugal, com especial enfoque em tudo quanto está relacionado com ‘dinheiros públicos’. “Vários dos nossos clientes ressentiram-se com a crise e contém a solicitação de serviços jurídicos. A diminuição de trabalho é visível”, afirma Miguel Santos Vítor, da PLMJ.



**Duarte Garin**  
sócio diretor da Uría Menéndez  
– Proença de Carvalho

“Será inevitável um ressurgimento da actividade na área de Público dada a renegociação de alguns contratos envolvendo o Estado e autarquias.